

# O LITORAL BRASILEIRO: EXPLORAÇÃO, OCUPAÇÃO E PRESERVAÇÃO – UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE REGIÕES LITORÂNEAS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO GRANDE DO NORTE

## *The Brazilian coast: exploration, occupation and preservation – A comparative study between littoral regions of the States of São Paulo and Rio Grande do Norte*

Andrea de Castro PANIZZA<sup>1</sup>

Yuri Tavares ROCHA<sup>2</sup>

Aldo DANTAS<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo propõe um estudo comparativo da evolução dos sistemas espaciais de duas áreas do litoral brasileiro: Ubatuba (Estado de São Paulo, sudeste do Brasil) e Tibau do Sul (Estado do Rio Grande do Norte, nordeste do Brasil). Esses sistemas foram moldados ao longo do tempo por sucessivas alterações em resposta à evolução da sociedade. Interessou-nos investigar a evolução da organização espacial dessas localidades sob a ótica dos conflitos socioambientais derivados de dois tipos de ocupação, a turística (pelas residências secundárias) e a ligada à preservação/conservação da natureza (pelas unidades de conservação e áreas de preservação).

**Palavras-chave:** Modelização gráfica; Sistema espacial; Residências secundárias; Áreas de preservação.

### ABSTRACT

This paper is a comparative study of the evolution of space systems of two zones in the Brazilian coast: Ubatuba (in the São Paulo State, south-eastern Brazil) and Tibau do Sul (in the Rio Grande do Norte State, north-eastern Brazil). These systems changed by successive deteriorations associated to the society evolution. The study researched the changes of the space organization and the social and environmental conflicts characterized for two patterns of occupation: the tourism areas (for recreational and tourist uses) and the environmental protected areas (national parks and permanent protection areas).

**Keywords:** Modeling; Space system; Recreational and tourist area; Environmental protected area.

1 Pesquisadora CNPq/FUNCAP/Universidade Federal do Ceará (Brasil) e CNRS/Universidade de Rennes 2 (França); Doutorado (USP, Brasil) e pós-doutorado (Universidade de Rennes 2, França) em Geografia.

2 Professor Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (Brasil); Doutorado (USP, Brasil) em Geografia.

3 Professor Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil); Doutorado (USP, Brasil) em Geografia.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que o povoamento de determinado território define uma organização espacial específica. No Brasil, isso não foi diferente já que a chegada dos colonizadores europeus, no século XVI, transformou a organização espacial difusa e rarefeita construída pelos indígenas. Um novo processo de ocupação e exploração dos recursos naturais foi instituído lentamente. As estruturas espaciais construídas neste processo de ocupação do território são traços do passado inscritos na superfície da Terra. As formas da organização espacial de uma sociedade evoluem no tempo e podem fornecer elementos explicativos para a análise regional.

Neste artigo apresentaremos um estudo comparativo entre duas áreas do litoral brasileiro, uma no sudeste e outra no nordeste. Interessa-nos investigar a evolução da organização espacial dessas localidades sob a ótica dos conflitos socioambientais derivados de dois tipos distintos de ocupação territorial, a turística e a ligada à preservação/conservação da natureza.

Inicialmente, apresentaremos as características da ocupação das localidades e sua função inicial, o fornecimento de recursos naturais. Em seguida, abordaremos as características atuais da ocupação litorânea, sobretudo a utilização turística da paisagem que confronta a expansão urbana (bairros de residências secundárias) e a preservação da natureza (instalação de unidades de conservação).

## EXPANSÃO URBANA VERSUS PRESERVAÇÃO

Toda sociedade se organiza por meio de um sistema espacial<sup>4</sup> que evolui ao longo do tempo. Qualquer ação de desenvolvimento, progresso ou recuo de uma sociedade se inscreve nos sistemas espaciais. Uma leitura sobre a forma-função desses sistemas pode revelar dinâmicas, forças coercitivas e conflitos (PINCHEMEL; PINCHEMEL, 1997, p. 185-190). No litoral brasileiro, os sistemas espaciais formados durante o período colonial, principalmente nas áreas mais adensadas, não denunciavam “a vocação litorânea da estrutura territorial”, mas apontavam a “dependência” do país em relação ao mercado externo (MORAES, 2000, p. 307-318). Ainda

hoje, muitas áreas litorâneas respondem a uma lógica alheia ao lugar, ligada não mais ao mercado externo, mas ao turismo e a especulação imobiliária.

Esses sistemas espaciais, periféricos às metrópoles e grandes cidades, remetem-nos às pequenas e médias cidades litorâneas. Várias regiões da costa brasileira apresentam características de dispersão espacial, pois o essencial das atividades econômicas, como a portuária, a formação do mercado local e o turismo, “não guardam homogeneidade entre si, estendendo-se desigualmente ao longo da costa com poucas relações recíprocas”. O espaço econômico da região também se apresenta “desigualmente organizado em espaço de produção, circulação e consumo”, sendo esses dois últimos geralmente predominantes. A produção agrícola e industrial e os serviços estão parcialmente voltados ao atendimento local ou regional. São “regiões periféricas” ligadas a uma grande região urbano-industrial adjacente (SILVA, 1975, p. 243-245). Nessas áreas, transformações funcionais recentes moldaram os territórios. São áreas em “sistemogênese espacial” (MARCHAND, 1996, p. 12-13). Interessa-nos investigar as dinâmicas dos sistemas espaciais existentes nessas localidades.

Este estudo tem como objetivo uma comparação dos sistemas espaciais existentes em duas regiões litorâneas distintas. Tais regiões possuem características semelhantes: estão localizadas nas proximidades de grandes centros e são lugares atrativos para o turismo. A expansão urbana decorrente da atividade turística tem acarretado uma ocupação desordenada nas cidades, o que acentua os problemas ambientais e os conflitos socioespaciais. Essa situação coloca em confronto o turismo e a preservação da natureza, pois as áreas de preservação ambiental sofrem pressões decorrentes da expansão urbana e da especulação imobiliária.

As áreas escolhidas para esse estudo comparativo são regiões litorâneas dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte, precisamente nos municípios de Ubatuba e Tibau do Sul. Embora sejam destinos turísticos em estágios diferentes de desenvolvimento, a escolha de tais áreas se justifica por possuírem forte afluxo turístico. Ubatuba, no litoral norte do Estado de São Paulo, é um lugar turístico instituído desde a década de 1970 (PANIZZA *et al.*, 2004a). Por sua vez, Tibau do Sul, no litoral sul do Estado do Rio Grande do Norte, é um destino turístico em pleno crescimento, iniciado na década de 1990. Em relação à preservação

4 Segundo Marchand (1996, p. 11-13) “um sistema traduz o funcionamento de um espaço segundo um jogo de pressões que estruturam um território”. Um sistema espacial passaria, necessariamente, por três etapas. A inicial, “sistemogênese”, representaria a fase onde a “exploração e a denominação dos lugares” moldam o território, o organizam. A autorreprodução sucederia a “sistemogênese”. A última fase representaria em decorrência de mudanças e transformações, o desenvolvimento de outro sistema sobre o mesmo substrato.

ambiental, tais municípios possuem situações distintas. Ubatuba (SP) possui em seu território unidades de conservação administradas pelo Estado. Tibau do Sul (RN) possui unidades de preservação particulares. A comparação de sistemas espaciais em níveis diferentes de desenvolvimento turístico, de expansão urbana e de preservação ambiental pode trazer elementos de análise para o planejamento territorial e turístico dessas regiões litorâneas.

## PASSADO: POVOAMENTO E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A ocupação humana do litoral brasileiro era, até a chegada dos europeus, indígena. Todo o litoral brasileiro era ocupado por grupos indígenas, sendo que “os índios que sofreram os primeiros impactos com a chegada dos europeus foram os componentes dos troncos Macro-Jê e Macro-Tupi” (COUTO, 1998, p. 52). Os índios pertencentes a esse segundo tronco eram os principais habitantes do litoral. As tribos indígenas presentes nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte eram os Tupinambás e os Potiguares, ambas pertencentes à família Tupi (RIBEIRO, 1997, p. 19-22). Esses índios eram “povos agricultores de grande mobilidade espacial”. Tal mobilidade era explicada, em parte, pela “natureza agitada e belicosa dos tupis e a necessidade de se locomoverem em busca de novas terras para o cultivo”, porém foram motivadas também por outras causas. A fuga à escravidão imposta pelos colonizadores europeus representou uma causa importante e também a busca pela “terra sem males”, pois os índios tupi acreditam na existência de um paraíso terrestre (RIBEIRO, 1997, p. 19-22).

As populações indígenas representaram “um vetor central da colonização”. A mobilidade espacial das “populações autóctones” definiu caminhos que seriam utilizados pelos portugueses como rotas de exploração. “As zonas litorâneas foram as primeiras a conhecer núcleos de povoamento”, pois os colonizadores europeus chegaram por via marítima e assim os fluxos de colonização “partiram de centros assentados na costa” (MORAES, 2000, p. 263-296).

A busca pelos recursos naturais, de interesse para o mercado externo, definiu um “padrão de exploração extensivo espacialmente e intensivo no uso dos recursos” (MORAES, 1999, p. 42). A mobilidade derivada desse padrão delineou caminhos paralelos à costa ou em direção ao interior, ligando os núcleos de

povoamento entre si, aos pontos de coleta, de pesca, de produção agrícola e portos.

A evolução do sistema espacial foi pautada por uma síntese histórica, onde as “estruturas elementares” definem a organização espacial (BRUNET, 1980). Porém, todo sistema sofre interferências locais devido aos “fluxos, aos centros, direções e limites”. A “gênese e combinação” dessas estruturas levam a uma “modelização gráfica que pode ser utilizada como instrumento da análise regional” (THERY, 2004, p. 179; THERY, 1986). O pesquisador deve extrair, seletivamente, da realidade estudada as informações ou relações relevantes e elaborar uma representação simplificada, o modelo (CHORLEY; HAGGETT, 1975, p. 4). Brunet (1980, p. 254-255) também afirma que “um modelo é sempre uma simplificação da realidade” ou a visão que temos dessa realidade. Seguindo essa abordagem, existem duas acepções de modelo espacial: a primeira se refere à representação simplificada, ou até mesmo “depurada”, de um comportamento espacial, os modelos de gravitação seriam exemplos; a segunda seria a representação dos arranjos espaciais de formas, organizações e estruturas, as cartas topográficas ou temáticas seriam exemplos desse tipo. O autor lista em cinco as regras para a “modelização das organizações espaciais”:

- Para modelizar um espaço há necessidade de “procurar suas estruturas e suas dinâmicas”, ou seja, “limpar pouco a pouco as rugosidades até produzir uma figura geométrica”;
- Toda configuração espacial revela a combinação complexa de mecanismos simples, que “correspondem às soluções que as sociedades encontram para os problemas de domínio do espaço”;
- As configurações são entendidas pela combinação de algumas estruturas elementares, cujas formas são as bases de representações cartográficas, tais como: ponto, linha, polígono e rede;
- Na modelização gráfica deve haver discernimento no reconhecimento das formas, pois essas representam realidades sociais;
- A modelização gráfica se aplica em todas as escalas, de um vilarejo às zonas climáticas do globo. Aplica-se também na análise da distribuição de um fenômeno, de uma organização particular (uma cidade, uma região, etc.) ou na comparação de organizações de mesma natureza, como por exemplo, as metrópoles

ou os deltas (BRUNET, 1986, p. 2-4).

A figura 1 representa essa evolução. A ocupação difusa e espontânea das tribos indígenas foi alterada com a chegada dos colonizadores europeus (século XVI). A formação de núcleos de povoamento marca a consolidação da colonização. A ocupação concentrada é consequência de sua função portuária, essencialmente voltada para a exportação. As redes de transporte são incipientes e representam um empecilho para o desenvolvimento local (séculos XVII e XVIII). Havia, portanto, um isolamento relativo das regiões (século XIX). Até então, a paisagem era considerada como um recurso natural.

No início da colonização, a exploração dos recursos naturais se resumia basicamente na extração do pau-brasil, fazendo com que os primeiros locais ocupados, as feitorias, fossem aqueles que tinham

abundância dessa madeira e portos adequados para seu embarque. O corte seletivo desta madeira, apesar de intenso, provocara menores danos ao meio ambiente se comparado com a exploração que se sucedeu, pois a cultura da cana-de-açúcar provocou a derrubada completa da floresta atlântica. As consequências dessa alteração radical da paisagem ainda são pouco conhecidas (ROCHA, 2004).

A cobertura vegetal foi completamente transformada: a floresta tropical atlântica transformou-se em extensas áreas de cultivo de cana. Os sistemas espaciais se transformaram, dando origem a novas formas e estruturas espaciais. Assim se iniciou o processo de fragmentação e redução da floresta tropical atlântica. Ainda hoje, esse processo continua atuante; dados recentes apontam uma constante redução da cobertura florestal no litoral brasileiro (PANIZZA; FOURNIER, 2006).

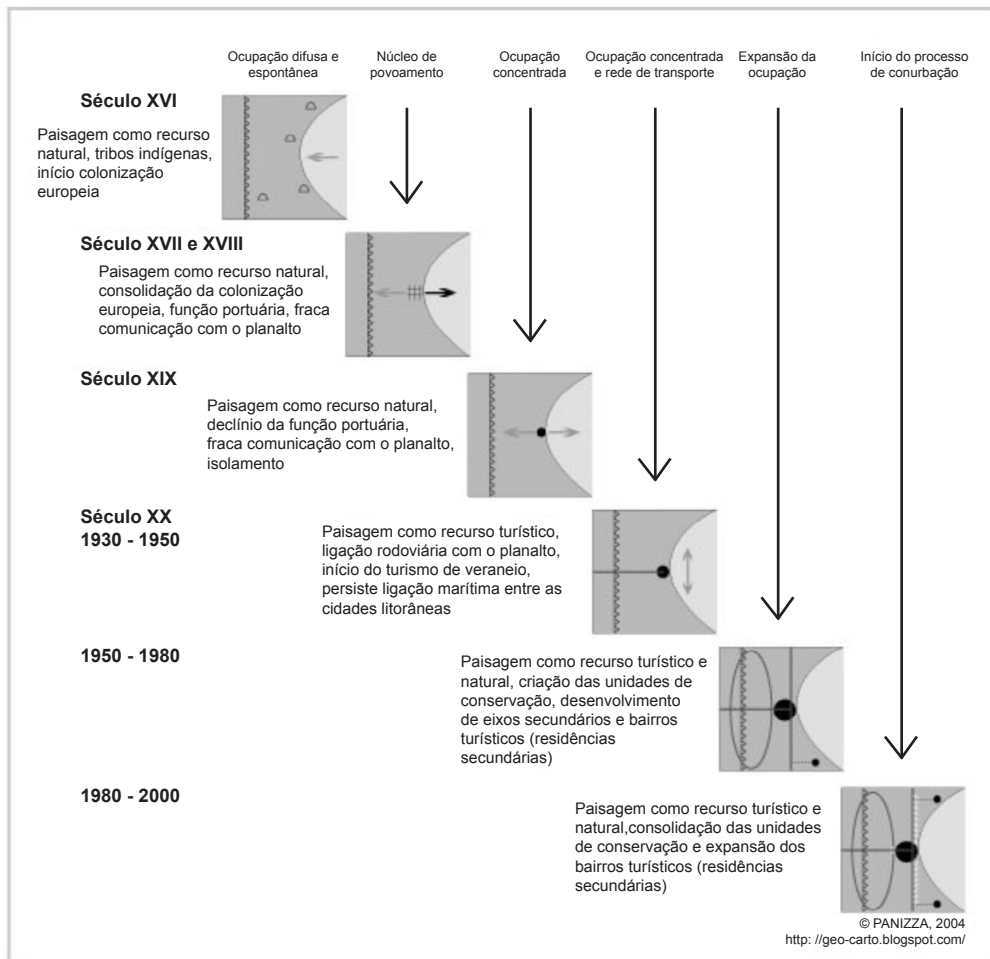


FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO SISTEMA ESPACIAL



## PRESENTE: OCUPAÇÃO TURÍSTICA

Os sistemas espaciais foram moldados ao longo do tempo por sucessivas alterações que respondem à evolução da sociedade e de seu modo de produção. A rede de transporte inicialmente incipiente construiu as bases da organização espacial e produziu lentamente o *maillage* do território.

A partir da primeira metade do século XX, o isolamento das regiões começa a ser transposto com a construção dos eixos rodoviários entre cidades litorâneas e cidades interioranas. O isolamento regional declina e o fluxo turístico se inicia. Contudo, em algumas regiões da costa, a ligação entre as cidades litorâneas permanece precária, sendo a via marítima ainda uma alternativa de comunicação (figura 1). Entre os anos 1950 e 1980, os eixos rodoviários se consolidam, assim como os eixos secundários que levam aos bairros distantes do centro voltados exclusivamente para a função turística (residências secundárias). A paisagem passa a ser vista como um recurso turístico e também como um recurso natural, porém agora ligado a sua importância ecológica. As unidades de conservação são criadas com função de salvaguarda da floresta tropical úmida. Finalmente, entre os anos 1980 e 2000, as unidades de conservação se consolidam e se multiplicam; os bairros turísticos se expandem linearmente ao longo da costa. As funções, turística e de preservação/conservação da natureza, coexistem com conflituosidade. Há uma nítida tendência à conurbação dos bairros turísticos (MORAES, 1999, p. 55), sendo os limites das unidades de conservação as últimas fronteiras da expansão (figura 1).

No extenso litoral brasileiro, do Estado do Rio Grande do Sul até o Ceará, observa-se atualmente “vastas extensões continuamente ocupadas”, dentro das quais se encontram importantes aglomerações urbanas, contrastando com “vastas porções escassamente povoadas”. De um modo geral, e mesmo nas áreas não urbanizadas, a forma de ocupação tende a uma “estruturação em moldes urbanos”. Tal estruturação reflete, principalmente, as condições de acesso, o reduzido fracionamento dos lotes e os aspectos relacionados à segurança, modalidades de ocupação extremamente difundidas no litoral que são os condomínios fechados e as residências coletivas. Porém, mesmo nas porções

menos povoadas, as regiões ocupadas pelas populações de culturas e modos de vida tradicionais, como os pescadores artesanais, são tidas como “residuais e tendem ao desaparecimento, num prazo de tempo pequeno”. Somente a proteção por leis e ações estatais pode permitir a permanência de tais populações nesses locais (MORAES, 1999, p. 45-46).

Hoje é visível o contínuo processo de urbanização do litoral brasileiro. Um dos principais fatores desse processo são as residências secundárias e o movimento migratório (MORAES, 1999, p. 36-37). As residências secundárias encontram-se disseminadas “em longos espaços do entorno das capitais estaduais e das grandes aglomerações do litoral brasileiro”, representando “o fator numericamente mais expressivo da urbanização litorânea”. O movimento migratório em direção ao litoral trouxe, continuamente, um “contingente populacional que não é absorvido, nem pela demanda de mão de obra da indústria, nem pelo setor de serviços, ficando assim no mercado informal”. As populações migrantes não sendo absorvidas pelos mercados de trabalho locais acabam por constituir um “segmento marginal” alojando-se precariamente nas periferias das cidades, ou em terrenos impróprios para moradias e constituindo assim um contingente populacional carente de serviços urbanos, em um “quadro geral historicamente marcado por carências nesse setor” (MORAES, 1999, p. 38-39).

Os dados estatísticos revelam que nas últimas décadas houve um aumento populacional expressivo em Ubatuba (SP) e também em Tibau do Sul (RN), embora em menor proporção. De 1970 a 2000, Ubatuba (SP) obteve um crescimento populacional de 77%, segundo os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante o mesmo período, a população de Tibau do Sul (RN) cresceu 50% (figura 2). Os migrantes representam parte significativa da população, principalmente em Ubatuba (SP). Durante a década de 1980 esses representavam 45% do total da população, momento em que as rodovias asfaltadas e recém inauguradas favoreceram o desenvolvimento do turismo de veraneio, dinamizando a indústria da construção civil e a demanda de mão de obra para a construção de residências secundárias e condomínios fechados. Em Tibau do Sul (RN), a parte de migrantes no total da população não é superior a 10%. Entretanto, a ausência dessa informação em 2000 impossibilita a observação da tendência atual (figura 2).

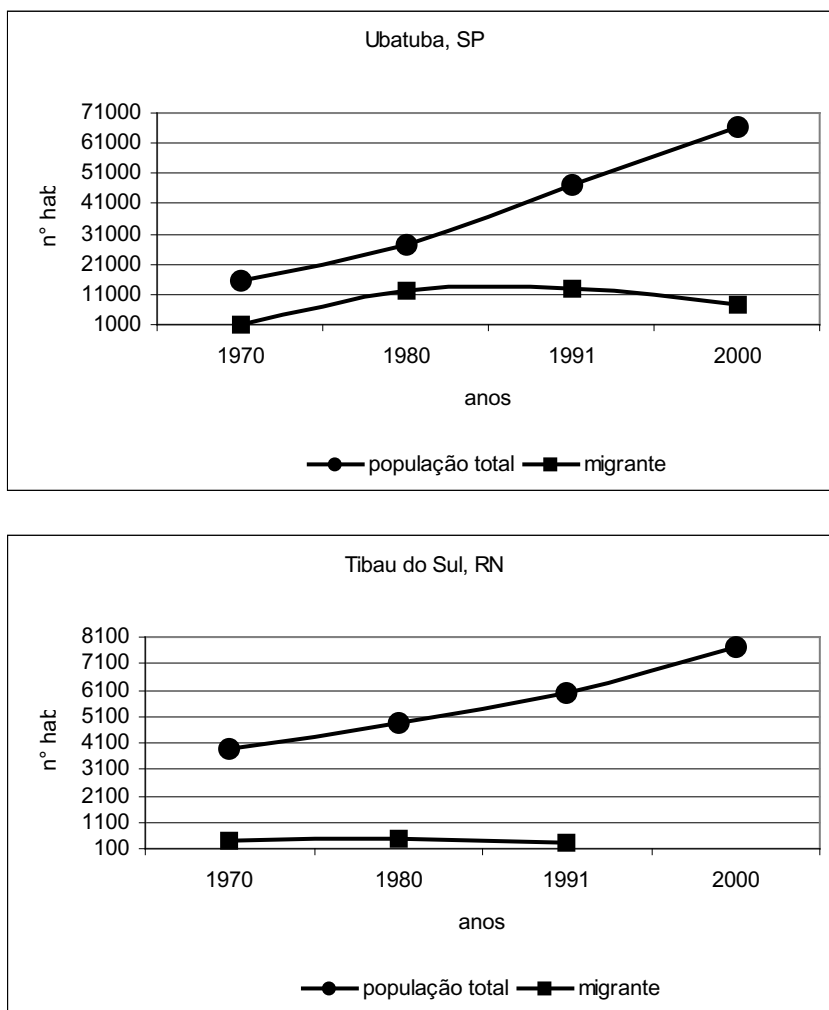


FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E DE MIGRANTES, UBATUBA (SP) E TIBAU DO SUL (RN)

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1970, 1980, 1991 E 2000

Paralelo ao crescimento populacional, observa-se também o aumento do número de habitações, fator decisivo para a expansão urbana desses municípios. Ubatuba (SP), um destino turístico mais antigo e completamente integrado à rede de transportes desde o final da década de 1970, possui um crescimento expressivo do número de residências e também de residências secundárias. Nessa localidade a porcentagem de residências secundárias evolui de 42% em 1980, para 49% em 1991, chegando a 52% em 2000. Tibau do Sul (RN) possui

um ritmo de crescimento menos intenso e apresenta uma porcentagem menor de residências secundárias: 4% em 1980, 21% em 1991 e 10% em 2000 (figura 3). O litoral sul do Estado do Rio Grande do Norte possui uma década de defasagem por sua tardia integração na rede de transporte rodoviária, ocorrida somente nas décadas de 1980 e 1990. Porém, encontramos nessa região os mesmos fatores que impulsionaram a intensa ocupação turística de Ubatuba e sua região.

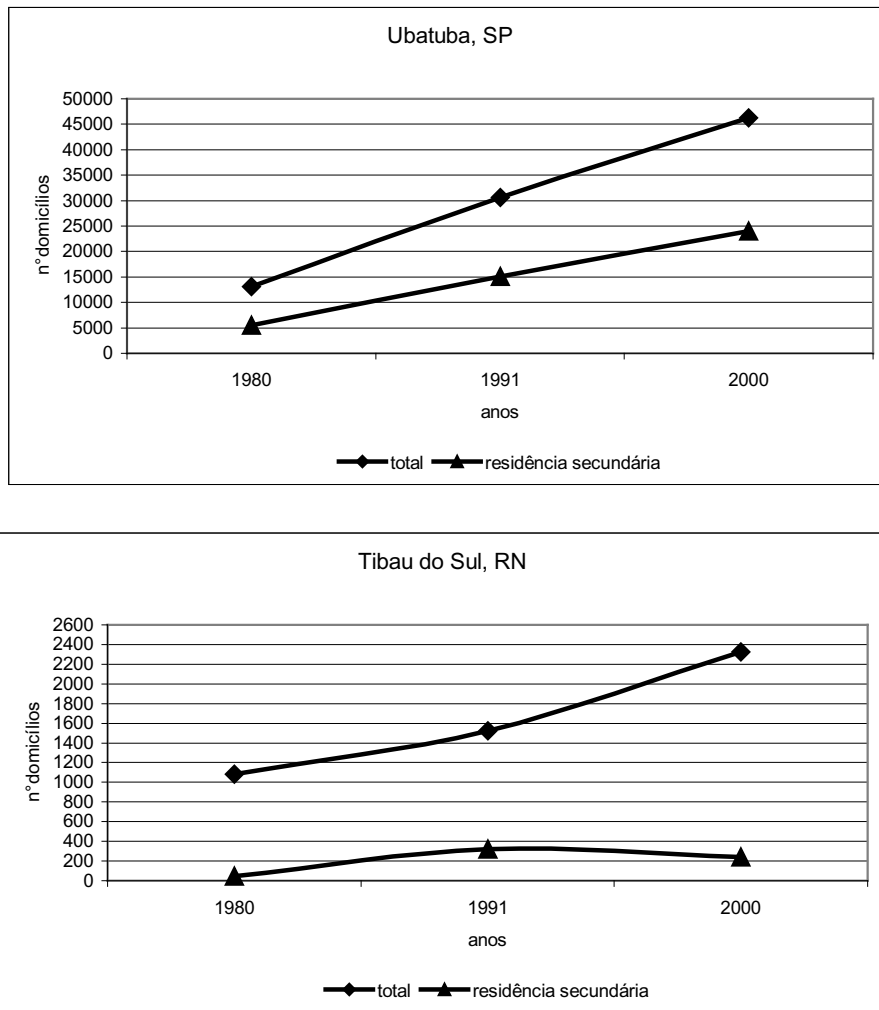


FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE RESIDÊNCIAS E DE RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS, UBATUBA (SP) E TIBAU DO SUL (RN)

FONTE: IBGE, Censos Demográficos e Sinopse Preliminar, 1970, 1980, 1991 e 2000

## UTILIZAÇÃO TURÍSTICA DAS PAISAGENS

A “invenção” turística de um lugar leva ao “desvio de sua utilização dominante” e a “incorporação de novos espaços” (CAZE; KNAFOU, 1983, p. 835). Geralmente, tal invenção transforma a paisagem e traz mudanças fundamentais nas práticas sociais e no modo de vida dos habitantes locais.

Sob a pressão da atividade turística, os sistemas espaciais se moldam. No entanto, a dissociação entre formas e funções leva a uma defasagem entre a inércia das formas e a volatilidade das funções, pois essas últimas se adaptam com mais rapidez às transformações

(PINCHEMEL; PINCHEMEL, 1997, p. 205). No entanto, aos poucos, novas formas e suas novas funções se incrustam aos sistemas espaciais pré-existentes até sua completa saturação.

A morfologia de uma cidade litorânea reflete sua especialização, encontramos frequentemente duas formas recorrentes: em T e em meia lua. As cidades em forma de T se desenvolveram quando o transporte ferroviário era prioritário, sendo necessária uma via de ligação entre a estação ferroviária e a beira-mar; caso das estações balneárias inglesas da segunda metade

do século XIX. A superação do transporte ferroviário pelo rodoviário e, principalmente, a intensificação do uso automóvel como principal meio de transporte, ampliou a extensão beira-mar, possibilitando a ocupação urbana linear e a distribuição dos serviços ligados ao turismo (hotéis, restaurantes, etc.). A forma de meia lua está diretamente ligada a uma localidade cuja atividade principal se concentra na praia e no mar e cuja função, no caso a pesqueira, seria pré-existente à turística. Os pequenos portos de pesca representam o núcleo, em forma de meia lua, a partir do qual se desenvolveu o crescimento urbano decorrente do turismo (PEARCE 1993, p. 260-266). O núcleo urbano e histórico das cidades de Ubatuba (SP) e Tibau do Sul (RN), embora de pequenas dimensões, possui a forma de meia lua e comprova a vocação pesqueira desses lugares. Entretanto, o turismo se apropriou das antigas formas e transformou, recentemente, a beira-mar num lugar de consumo de produtos e de espaços (CLARY, 1977 *apud* PEARCE, 1993, p. 262).

Atualmente, a incorporação de novos espaços pelo turismo possui uma forma linear, ao longo da costa e na proximidade do mar, o que tem levado a uma transformação radical da paisagem. O litoral brasileiro passa por sua segunda grande transformação paisagística. A primeira ocorrida durante o período colonial, derrubou a floresta atlântica para abrir áreas agrícolas. Hoje, os poucos fragmentos florestais, isolados, correm o risco de não resistirem à pressão por novos espaços. A expansão das cidades e a criação de novos bairros vêm aumentando significativamente a urbanização do litoral brasileiro. Em face da contínua ocupação só os limites impostos pelas leis de proteção ambiental, que representam verdadeiras “barreiras” jurídicas, impedem a conurbação. As áreas de proteção permanente e

as unidades de conservação representam as últimas fronteiras ainda capazes de frear a ocupação urbana do litoral.

A Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, conhecida como Código Florestal, define as áreas de proteção permanente ao longo dos rios ou qualquer outro curso de água; em faixas de 30 a 100m ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios naturais e artificiais; em faixas de 50m ao redor das nascentes; no topo de morros, montanhas e serras; nas encostas com declividade superior a 45°; nas restingas; nos manguezais, em toda sua extensão; nas bordas de tabuleiros e chapadas; em altitudes acima de 1.800 metros. Nessas áreas, é proibido o corte ou transformação da cobertura vegetal primária. No entanto, a ausência de delimitação dessas áreas, a precariedade na fiscalização, a inconsistência do planejamento territorial dificultam a efetiva proteção. Aqui trataremos com mais detalhe o caso das unidades de conservação.

Desde o ano 2000, o Brasil possui uma lei federal (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000) que define as categorias das unidades e respectivas restrições de uso e ocupação. Com dimensões territoriais bem distintas, o Estado de São Paulo possui uma área de 248.209 km², enquanto o Rio Grande do Norte, menos extenso, possui 52.797 km² (IBGE, 2006). Esses Estados possuem também situações diferentes em relação às unidades de conservação. O Estado de São Paulo possui uma sólida rede de unidades de conservação que abrange várias categorias de proteção em diferentes ecossistemas. Já o Estado do Rio Grande do Norte possui uma rede incipiente de unidades, com pouquíssimas unidades (tabela 1).

TABELA 1 - NÚMERO APROXIMADO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO GRANDE DO NORTE (SITUAÇÃO EM 2006)

CATEGORIAS DE UNIDADES, SEGUNDO AS RESTRIÇÕES DE USO DOS RECURSOS	ESTADO SÃO PAULO	ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
Unidades de proteção integral (alto nível de proteção, forte e restrição ao uso recursos naturais)	57 unidades	3 unidades
Unidades de uso sustentável (compatibiliza conservação da natureza com o uso de parte de seus recursos naturais)	79 unidades	10 unidades
Em implantação		5 unidades

FONTE: <http://www.rm.gov.br/secretarias/idema/>; <http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/apa.htm>; <http://www.fflorestal.sp.gov.br/> (acessos em 2006)



Esta situação desigual entre os Estados se reflete também entre os municípios de Ubatuba (SP) e Tibau do Sul (RN). Em Ubatuba (SP), há duas unidades de conservação de proteção integral, uma continental, o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) e outra insular, o Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA); dos 711 km<sup>2</sup> do município, 475 km<sup>2</sup> pertencem ao PESM, e 8 km<sup>2</sup> ao PEIA. Quase 68% do território de Ubatuba pertencem a unidades de conservação restritivas. Essa situação provoca uma situação ambígua, pois de um lado permite a preservação de um maciço florestal importante, por outro bloqueia numa extensa área o desenvolvimento da cidade. Também do ponto de vista da atividade turística, tal fato provoca uma situação contraditória. A preservação da floresta tropical valoriza as áreas adjacentes, pois o turista procura nas paisagens preservadas um ambiente ideal para férias e passeios de finais de semana, o que acaba por incitar também a valorização fundiária dos terrenos próximos às unidades de conservação, provocando uma situação vulnerável das unidades frente à agressiva e arrasadora especulação imobiliária (PANIZZA, 2004b, p. 120).

No litoral do Rio Grande do Norte a situação é oposta à precedente, pois as paisagens já se encontram alteradas. A cultura da cana-de-açúcar, ainda presente na região, devastou a cobertura florestal já no período colonial. Hoje, a conservação tem que ser feita nos fragmentos florestais para que se possa garantir uma área mínima de preservação da floresta atlântica e assegurar também a função de corretor biológico. O exemplo de Tibau do Sul (RN) é significativo. Esse município, em seu território de 102 km<sup>2</sup> não possui nenhuma unidade de conservação gerida pelo Estado; há somente iniciativas particulares de proprietários de terras que decidiram preservar os fragmentos florestais existentes em suas propriedades. São duas áreas, o Santuário Ecológico da Pipa, de aproximadamente 9,3 km<sup>2</sup>, cujo proprietário é David M. Hassett, e a Mata da Galhada, de aproximadamente 0,7 km<sup>2</sup>, do Grupo Assis Medeiros (ROCHA, 2004). Juntas essas áreas representam 58% da cobertura florestal do município. Entretanto, a conservação e salvaguarda desses fragmentos dependem exclusivamente da vontade de seus proprietários. Os demais fragmentos florestais existentes no município não são alvos de nenhuma proteção específica<sup>5</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração turística de um lugar “não é uma operação banal e sem risco” (CAZES; KNAFOU, 1983, p. 833), sobretudo quanto inexistente um planejamento. A intensa exploração dos recursos e paisagens visando o desenvolvimento imediato parece ainda ser uma política dominante. A opção pelo imediatismo gera a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida, atingindo grande parte da população, sobretudo os habitantes locais.

A ocupação das áreas centrais do território leva a população local para zonas vazias periféricas, onde há menor pressão fundiária. Entretanto, grande parte dessas áreas é considerada como zona de risco para moradias ou qualquer ocupação humana. Esse é o caso das vertentes íngremes da região de Ubatuba (SP) e das falésias instáveis e campos de dunas de Tibau do Sul (RN).

Estes dois exemplos mostram a situação extremamente desigual em que se encontram essas diferentes regiões brasileiras no tocante à conservação da natureza. Mas, mostram também certa similaridade em relação à formação dos sistemas espaciais ligados à atividade turística. A rápida evolução desses sistemas vem causando transformações profundas nas paisagens locais.

Apesar das políticas incentivadas pelo Estado de gestão para a zona costeira, as ações locais ainda parecem insuficientes. O estudo da evolução dos sistemas espaciais, na escala municipal, pode contribuir com informações sobre a dinâmica das formas e estruturas espaciais, fundamentais para a equidade de um planejamento territorial que leve em conta a qualidade de vida dos habitantes e a preservação do meio ambiente.

5 Os demais fragmentos florestais de Tibau do Sul cobrem outros 7,2 km<sup>2</sup>, num total de 17,2 km<sup>2</sup> de cobertura florestal no território municipal. Tais dados foram extraídos da classificação supervisionada de uma imagem Landsat de 2001. A intensa cobertura de nuvens da região Nordeste do Brasil é um empecilho para uma maior periodicidade de imagens de satélite e dificulta sobremaneira sua utilização nos estudos de ocupação do solo.

## REFERÊNCIAS

- BRUNET, Roger. La carte-modèle et les chorèmes. *Mappemonde*, Montpellier, n. 4, p. 2-6, 1986.
- BRUNET, Roger. La composition des modèles dans l'analyse spatiale. *L'Espace Géographique*, Paris, n. 4, p. 253-265, 1980.
- CAZES, Georges; KNAFOU, Rémy. Le tourisme. In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (Dir.). *Encyclopédie de Géographie*. 2 ed. Paris : Economica, 1983.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmo, 1998. 408p.
- HAGGET, Peter; CHORLEY, Richard J. Modelos, Paradigmas e a Nova Geografia. In: CHORLEY, R; HAGGETT, P. (Org.). *Modelos físicos e de informação em Geografia*. Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo e Livros Técnicos e Científicos Editoras, 1975. p. 2-19.
- IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: maio 2006.
- MARCHAND, Jean-Pierre. Les contraintes naturelles et l'organisation de l'espace. *Géopoint 1996*, Avignon, Université d'Avignon, p. 9-15, 1996.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no «longo» século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil – elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999. 229 p.
- PANIZZA, Andrea de Castro; FOURNIER, Jérôme. La Forêt Atlantique, entre l'occupation et préservation. *Grafigéo*, Paris, n. 30, p. 59-67, 2006.
- PANIZZA, Andrea de Castro. *Imagens Orbitais, Cartas e Coremas: uma proposta metodológica para o estudo da organização e dinâmica espacial, aplicação ao Município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo (Brasil)*. 302f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, dezembro 2004.
- PANIZZA, Andrea de Castro; FOURNIER, Jérôme; LUCHIARI, Ailton. L'urbanisation littorale au Brésil: Ubatuba (São Paulo). *M@ppemonde*, Montpellier, v. 73, n. 1, p. 1-9, 2004a. Disponível em: <<http://mappemonde.mgm.fr/num1/articles/art04107.html>>.
- PEARCE, Douglas. *Géographie du tourisme*. Paris: Nathan, 1993. 351 p.
- PINCHEMEL, Philippe; PINCHEMEL, Geneviève. *La face de la Terre, éléments de géographie*. 5 ed. Paris: Armand Colin, 1997. 517p.
- RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Global, 1997. 125 p.
- ROCHA, Yuri Tavares. *Ibirapitanga: história, distribuição e conservação do Pau-Brasil (Caesalpinia echinata LAM., LEGUMINOSAE) do descobrimento à atualidade*. 394f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SILVA, Armando Corrêa da. *O litoral norte do Estado de São Paulo, formação de uma região periférica*. São Paulo: IGEOG/USP, 1975. 273 p. Série teses e monografias, 20.
- THERY, Hervé. Modelização gráfica para a análise regional: um método. *Geosp*, São Paulo, n. 15, p. 179-188, 2004.
- THÉRY, Hervé. Une recherche cartographique: gèneses et combinaison des chorèmes du Brésil. *Mappemonde*, Montpellier, n. 4, p. 14-19, 1986.